



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Gabinete da Vereadora Cida Pedrosa

Rua Princesa Isabel, nº 410, Gabinete nº 01, Boa Vista, Recife-PE. Telefone: (81) 3301-1240.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31/2021

Concede o Título de Cidadão do Recife a Alanir Cardoso.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão do Recife a Alanir Cardoso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 10 de Novembro de 2021.

CIDA PEDROSA
Vereadora - PC DO B

JUSTIFICATIVA

Alanir Cardoso nasceu em 1943, em Campos Belos, Estado de Goiás, próximo à divisa com o atual estado do Tocantins, Centro-Oeste do Brasil. Morou na cidade de Arraias até os 7 (sete) anos de idade.

Na década de 60, marcada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros e a posse do Vice-Presidente João Goulart, Alanir participou de grupos de estudos sobre economia, filosofia e política, com participação ampliada de jovens funcionários do Banco do Brasil, entre os quais Ernane de Assis do Espírito Santo Ferreira, militante do Ação Popular (AP). Em 1964, com o falecimento de sua mãe (1963), mudou-se para Goiânia, capital de Goiás, pouco antes da eclosão do Golpe Civil-Militar.



Estudou no Liceu da cidade e participou de atividades do movimento estudantil secundarista e universitário. Com a deflagração do Golpe, em 31 de março de 1964, Alanir passou a participar de comícios, vigílias e manifestações contra a intervenção militar.

Naquela ocasião, embora ainda não estivesse envolvido em militância partidária e estudantil organizada, seu interesse pela causa democrática e pelo que acontecia no país já se manifestava no que ele mesmo definiu como “alinhamento progressista”. O referido “alinhamento” começou quando, ainda garoto, ouvia do pai histórias sobre a passagem da Coluna Prestes por Arraias, na década de 1920, estendendo-se por sua juventude, quando, desde o início da década de 1960, acompanhou as lutas dos operários, dos camponeses pela reforma agrária e dos estudantes em Goiás.

A partir de 31 de março de 1964, passou a ser não só observador, mas militante contra o Golpe e pela resistência à Ditadura.

À época, muitos mandatos de Deputados Estaduais foram cassados, visando alterar a correlação de forças na Assembleia Legislativa para eleger o marechal Emílio Ribas Jr. como Governador Biônico. Com efeito, começou a militância política de Alanir no movimento estudantil, com sua participação ativa nas mobilizações, por acreditar, desde então, que era preciso lutar contra a Ditadura e ter a perspectiva de abrir novos caminhos para o país.

Em virtude das prisões que aconteciam em Goiânia, Alanir foi instado pelo pai a voltar para Arraias, retornando à capital em 1966, retomando os estudos.

Participou, no Colégio Rui Barbosa, em 1967, da fundação do Grêmio Monteiro Lobato, sendo eleito para a direção da Organização Estudantil. No mesmo ano, intensificou sua participação nas lutas, passeatas e protestos.

Em abril de 1968, participou de Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em Belo Horizonte, sendo eleito para a direção da Entidade. Inicialmente, sem vinculação partidária, passou a integrar a Ação Popular (AP) em junho daquele ano. A AP era um movimento fundado por setores progressistas da Igreja Católica que tinha como ideal uma sociedade mais justa e igualitária.

Em 1968, ocorreu um crescimento geral do movimento estudantil no país inteiro e algumas manifestações importantes como as greves de trabalhadores. A primeira greve operária após o Golpe aconteceu em Belo Horizonte e em Contagem (MG). Depois, veio a greve dos trabalhadores da cana no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, e, em julho, a greve dos operários de Osasco (SP). Todas elas duramente reprimidas com intervenção nos sindicatos e cassação dos mandatos da direção, além de prisões e perseguições dos que comandaram as greves.

Alanir foi preso durante uma manifestação no dia 7 de Setembro e ficou um mês na Penitenciária de Goiás. Foi solto graças a habeas corpus, mas foi processado



pela Justiça Militar e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Entre outubro e dezembro de 1968, participou de diversas mobilizações, visando à instalação do Conselho Nacional da UBES. Na véspera da reunião, o Governo Militar publicou o Ato Institucional número 5 (AI-5). Era 13 de dezembro de 1968 e começava uma das fases mais duras do Regime Militar. O AI-5 vigorou até dezembro de 1978.

Também em 1968, o movimento estudantil sofreu um duro golpe com a prisão de estudantes no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizado em Ibiúna, no interior de São Paulo. Por ter se atrasado para a viagem, Alanir escapou de ser preso, sendo certo que cerca de 800 estudantes foram detidos em todo o país.

Em 1969, o movimento estudantil refluíu diante do endurecimento da repressão militar. No começo de 1970, Alanir concluiu seu mandato na direção da UBES e deixou a Entidade. Foi enviado pela AP para atuar em Minas Gerais, onde ficou até janeiro de 1972. De lá, foi para São Paulo, onde acabou sendo deslocado para Pernambuco, em março de 1972, com a tarefa de auxiliar na criação da Comissão de Justiça e Paz do estado. Nessa ocasião, passou a integrar o PCdoB, este, por sua vez, reforçado com a incorporação da AP. Por intermédio da ex-Deputada Federal Cristina Tavares (in memoriam), fez contato com Dom Hélder Câmara (in memoriam), Arcebispo de Olinda e Recife. A Comissão só viria a ser criada em 1975.

No Recife, estabeleceu contatos com integrantes de igrejas de outras denominações, como a Metodista, por exemplo. Também nessa época, atuou em conjunto com Luciano Siqueira e outros companheiros na divulgação de informações do interesse da luta pela redemocratização do país desenvolvida pela militância comunista, progressista e de esquerda, além da realização de outras tarefas partidárias.

Em 1973, com a Guerrilha do Araguaia já em curso, foi enviado do Recife para a cidade de Juazeiro, no Ceará, com a tarefa de abrir outras frentes de guerrilha, como forma de não deixar o Araguaia isolado, de interiorizar a luta e dar sustentação à ação que acreditavam ser a única opção para pôr fim ao Regime Militar. Na época, muitos militantes comunistas foram presos em diversos estados do Nordeste, o que forçou Alanir a deixar Juazeiro e se transferir para Petrolina, em Pernambuco.

Lá, tomou conhecimento da prisão do companheiro Ruy Frisão na mesma barraca de feira onde tentava comercializar confecções. Seguiu então para Feira de Santana, na Bahia, onde vendia roupas em feiras e fazia viagens pelos estados, cumprindo as tarefas partidárias. Em uma dessas viagens, voltou ao Recife e, quase por acaso, encontrou-se com o Pastor norte-americano Frederick Birten Morris, da Igreja Metodista, e eles se dirigiram até a residência deste, no Bairro Espinheiro. Ali, ambos foram sequestrados por agentes do Regime em 30 de setembro de 1974.

Alanir e o Pastor Fred Morris foram encapuzados, colocados dentro de um automóvel de veraneio por 12 homens, fortemente armados com metralhadoras, e levados para os porões de um dos Destacamentos de Operação Interna - Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), no Recife, onde Alanir passou 74 dias sob



tortura física e psicológica. Nesse intervalo de tempo, foi levado a um quartel do Exército em Brasília, onde ficou seis dias, dos quais dois dias sob intensa tortura em uma choupana situada em meio a um matagal.

De volta ao Recife, retornou ao DOI-CODI e à rotina de torturas. No dia 13 de dezembro de 1974, depois de uma semana de greve de fome, foi transferido para a Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, onde ficou por quatro anos e meio. Após 17 dias de torturas, o reverendo Fred Morris foi libertado, por pressão dos Estados Unidos, e, em seguida, expulso do Brasil.

Após deixar a prisão, em abril de 1979, Alanir foi morar em Maceió, onde sua mulher, Maria das Neves (Nevinha), que conseguira driblar a perseguição policial, vivia e trabalhava. Embora geograficamente distante, ele já cuidava das questões do PCdoB de Pernambuco.

Um ano depois, em maio de 1980, o casal transferiu-se em definitivo para o Recife, quando Alanir passou a se dedicar integralmente às atividades partidárias, seja como membro do Comitê Estadual Provisório, que conduziu a reorganização do Partido no estado, seja como dirigente em diversas instâncias, entre as quais a Secretaria Sindical. Em 1981, tornou-se membro do Comitê Central da legenda comunista.

Em outubro de 2008, foi anistiado, quando o Ministério da Justiça apresentou, formalmente, um pedido de desculpas pelas torturas, prisões e injustiças cometidas contra ele pela Ditadura Militar (1964-1985). Um pequeno passo na luta para punir os autores e os mandantes dos crimes que foram cometidos contra brasileiros e brasileiras, durante o Regime Militar, inclusive o desaparecimento dos corpos de presos políticos, que não tiveram direito a uma sepultura digna.

Hoje, aos 78 anos, Alanir Cardoso mantém a mesma resistência ativa aos desmandos das elites e dos governos autoritários, e o mesmo compromisso com a democracia, com o Brasil e com o povo brasileiro. É militante do PCdoB desde 1972. Presidiu o Partido em Pernambuco por 17 anos (2001-2018). Atualmente, é Vice-Presidente do Comitê Estadual. É membro do Comitê Central do PCdoB desde 1981. É Contabilista de formação.

As experiências que acumulou e vivenciadas até hoje embasam sua atuação político-partidária combativa, sensata, que enxerga mais longe os desdobramentos e as consequências dos fatos, apreendendo a realidade e captando, como ele mesmo disse, “o sentido progressista das coisas”.

Segue o Depoimento do ex-Vice-Prefeito do Recife e dirigente estadual e nacional do PCdoB, Luciano Siqueira, sobre Alanir Cardoso:

Alanir sempre foi dirigente do partido. Ora, assumindo a Organização, ora a Formação, mas, sobretudo, assumindo a Secretaria Sindical, o que lhe permitiu acompanhar o movimento



sindical por um bom tempo. A contribuição de Alanir para o estado de Pernambuco sempre se deu estritamente no terreno político e partidário. Porque Alanir é um típico dirigente do partido integralmente dedicado à vida partidária. Como não exerceu cargos públicos, nem parlamentares, sempre atuou na estrutura partidária.

Nesse exercício deu uma contribuição importante porque é uma marca, uma característica do PCdoB se relacionar amplamente com as demais correntes políticas e o campo democrático no esforço de construir coalizões unitárias e amplas. Então, discretamente, por não exercer cargos de visibilidade, é possível dizer que esses anos todos Alanir é participante ativo da Frente Popular de Pernambuco. Foi para eleger o senador Jarbas Vasconcelos prefeito em 1985; foi para eleger Miguel Arraes governador em 1986.

De lá pra cá, como o PCdoB sempre esteve no núcleo das articulações e ele sempre foi um dirigente estadual - mesmo quando não era presidente era um dirigente destacado -, sempre participou dessas articulações. De certa forma era um trabalho persistente, quase artesanal, no sentido da dedicação, não perceptível pelo grande público, porém, reconhecido pelos principais atores da cena política nas diversas conjunturas. Então, essa presença de Alanir não era a do dirigente voltado apenas para os problemas internos do PCdoB, mas como copartícipe, com outros dirigentes, sempre, da construção dos projetos políticos assentados em coalizões partidárias amplas e diversificadas. Ele sempre foi. Essa é sua marca.

Agora, Alanir sempre foi uma pessoa extremamente discreta, como se diz no futebol, sempre jogou para o time. Alanir é quase invisível tamanha a discrição com que sempre se comportou. Nunca procurou holofotes, nunca buscou notoriedade, sempre foi muito discreto. É uma marca dele. É um construtor da unidade do partido, da unidade democrática. Mas, dos bastidores. Sempre um homem dos bastidores. Quando se tornou presidente estadual do partido, a partir de 2001, naturalmente, se tornou mais conhecido porque a presidência do partido é uma tribuna.

A presença do partido em inúmeros atos de natureza frentista possibilitou que ele fosse à tribuna usar da palavra, então passou a ter certa notoriedade na medida em que, presidindo o partido, ocupou a tribuna em diversas circunstâncias. Mas, assim mesmo, sempre discreto. É o estilo, é o temperamento dele. Nunca pediu crédito pelas realizações, nunca reivindicou autoria de nada.



Entretanto, é um quadro do partido extremamente sagaz, que 'lê' a cena política de maneira muito arguta e multilateral, e, por isso mesmo, ele sempre deu e continua dando uma contribuição importante ao comportamento do partido na cena política de Pernambuco.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares desta Casa Legislativa a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de Novembro de 2021.

CIDA PEDROSA
Vereadora - PC DO B

